

Entre o valor e a desvalorização: reflexões sobre o papel do(a) professor(a) nos tempos contemporâneos

Eliane Terezinha Thiago Popp¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7054-3786>
Najla da Silva Mehanna² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7403-8197>

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão/PR-Brasil*

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão/PR-Brasil**

Artigo recebido em 10/12/2025 e aceito em 16/02/2026

RESUMO

Este trabalho visa refletir sobre o papel do professor, seus desafios e suas necessidades, a partir de uma analogia com o rio, sustentado por bases teóricas sólidas. Assim como o rio, que se alimenta dos afluentes até desaguar no oceano, o professor também necessita ser constantemente nutrido para desempenhar sua função de maneira eficaz. O rio, em sua trajetória, promove a umidade e favorece a diversidade dos ecossistemas, criando condições para a vida. Da mesma forma, o professor, para cumprir sua missão, deve ser respeitado em seu percurso profissional, não podendo ser vítima de processos erosivos que comprometem sua essência. No entanto, a profissão docente tem enfrentado desafios crescentes, como a desvalorização salarial, a sobrecarga de trabalho e as péssimas condições de trabalho e renda, o que tem afastado os jovens da carreira docente. Estudos apontam que, num futuro próximo, a escassez de professores qualificados será uma realidade devido ao desestímulo da profissão. Esse cenário torna urgente a reflexão sobre o valor da profissão e a necessidade de valorização do docente, questionando por que aceitamos passivamente o processo de degradação da carreira. O trabalho busca, portanto, analisar essas questões, propondo uma crítica profunda sobre o papel do professor e a importância de sua valorização para a continuidade e qualidade da educação.

Palavras-chave: sufocamento do professor; crise no ensino básico; professor-transformador.

* Doutoranda em Geografia, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)- Campus de Francisco Beltrão-PR; Professora da Educação Básica no Estado de Santa Catarina. E-mail: elianethiago06@yahoo.com.br

** Professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Campus de Francisco Beltrão – Curso de Geografia e Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado. E-mail: najlamehanna@gmail.com



Between value and devaluation: reflections on the role of teachers in contemporary times

ABSTRACT

This work aims to reflect on the role of teachers, their challenges, and their needs, based on an analogy with a river, supported by solid theoretical foundations. Just as a river feeds on tributaries until it flows into the ocean, teachers also need to be constantly nourished to perform their role effectively. The river, in its course, promotes humidity and favors the diversity of ecosystems, creating conditions for life. Similarly, in order to fulfill their mission, teachers must be respected in their professional careers and cannot be victims of erosive processes that compromise their essence. However, the teaching profession has faced growing challenges, such as low salaries, work overload, and poor working conditions and income, which have discouraged young people from pursuing a teaching career. Studies indicate that, in the near future, a shortage of qualified teachers will be a reality due to the discouragement of the profession. This scenario makes it urgent to reflect on the value of the profession and the need to value teachers, questioning why we passively accept the process of career degradation. This paper therefore seeks to analyze these issues, proposing an in-depth critique of the role of teachers and the importance of valuing them for the continuity and quality of education.

Keywords: Teacher suffocation; Crisis in basic education; Teacher-transformer.

Entre el valor y la desvalorización: reflexiones sobre el papel del profesor en los tiempos contemporáneos

RESUME

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el papel del profesor, sus retos y sus necesidades, a partir de una analogía con el río, sustentada en bases teóricas sólidas. Al igual que el río, que se alimenta de los afluentes hasta desembocar en el océano, el profesor también necesita ser alimentado constantemente para desempeñar su función de manera eficaz. El río, en su recorrido, promueve la humedad y favorece la diversidad de los ecosistemas, creando condiciones para la vida. Del mismo modo, el profesor, para cumplir su misión, debe ser respetado en su trayectoria profesional, sin ser víctima de procesos erosivos que comprometan su esencia. sin embargo, la profesión docente se ha enfrentado a retos cada vez mayores, como la devaluación salarial, la sobrecarga de trabajo y las pésimas condiciones laborales y salariales, lo que ha alejado a los jóvenes de la carrera docente. Los estudios señalan que, en un futuro próximo, la escasez de profesores cualificados será una realidad debido al desánimo de la profesión. Este escenario hace urgente la reflexión sobre el valor de la profesión y la necesidad de valorar al docente, cuestionando por qué aceptamos pasivamente el proceso de degradación de la carrera. El trabajo busca, por lo tanto, analizar estas cuestiones, proponiendo una crítica profunda sobre el papel del profesor y la importancia de su valoración para la continuidad y la calidad de la educación.

Palabras clave: Asfixia del profesor; Crisis en la enseñanza básica; Profesor transformador.

INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete a preocupação e o empenho das pesquisadoras, a partir da análise do trabalho docente e dos rumos que a profissão está tomando. Trata-se de uma reflexão crítica e sistematizada sobre o presente e o futuro da docência, com o intuito de tornar essa análise mais fluida e poética. Para isso, recorreremos à metáfora do rio, estabelecendo um paralelo entre a vida de um rio e a trajetória do professor.

Como docentes de Geografia, é comum abordarmos rios, bacias hidrográficas e outros elementos naturais em nossas aulas; no entanto, já paramos para refletir sobre as analogias possíveis entre a função de um rio e o papel do professor? O rio, assim como o educador, é fonte de vida, sustento e transformação. Neste sentido, ambos desempenham papéis essenciais na formação e no desenvolvimento das sociedades.

Enquanto trabalhadoras da educação, não podemos perder a esperança. Como nos lembra o saudoso Paulo Freire, “esperançar-se virou resistência”. É imprescindível, contudo, reconhecermos que estamos exaustas. Não podemos permanecer em silêncio diante das adversidades. É necessário denunciar, escrever e dar visibilidade à profissão docente, que, assim como um rio assoreado, clama por socorro.

Estamos gritando por mudanças: basta de políticas que esvaziam a profissão; basta de salas superlotadas; basta de lidar com a indisciplina resultante de uma sociedade disfuncional; basta de afirmar que estamos promovendo inclusão quando, na realidade, estamos aprofundando a exclusão; basta de acreditar que um professor consegue viver com dois ou três salários mínimos trabalhando 40 horas semanais e levando trabalho para casa; basta de normalizar que, para adquirir um carro, o professor precisa pagar cinco vezes o seu valor; basta de associar a profissão docente ao sofrimento. Essas condições não são acidentais; foram planejadas para manter uma sociedade alienada, consumista e desinformada, imersa em redes sociais e na vida de celebridades. É hora de rompermos com essa lógica e valorizarmos o conhecimento, a educação e, especialmente, os profissionais que os promovem.

Nesta direção, é urgente olhar com carinho para a profissão docente, antes que seja tarde demais, assim como um rio que morre por falta de cuidado. A pergunta que se impõe é: Quem pode salvar essa profissão? Quem pode fazer com que ela seja valorizada e não desvalorizada? Se você já tem a resposta para essas perguntas, talvez este texto não cause impacto, mas, se ainda não a tem, o convidamos para refletir conosco sobre isso.

Precisamos falar sobre o trabalho docente!

O professor, enquanto figura central no processo educacional, ultrapassa a simples função de transmissor de conteúdos, desempenhando um papel multifacetado que envolve a facilitação do aprendizado e a promoção do pensamento crítico. Sua atuação não se limita a ser o detentor do conhecimento, mas, sim, o mediador que instiga a reflexão, o questionamento e o desenvolvimento da autonomia intelectual dos alunos. Nesse contexto, como destaca Freire (2013, p. 14), “o professor é como um facilitador do processo de aprendizado e um agente de transformação social”, reforçando sua função como catalisador da mudança e do desenvolvimento crítico nos alunos.

Bernadetti Gatti (2010), por sua vez, enfatiza que o trabalho docente, embora frequentemente desvalorizado, é intrinsecamente complexo, e exige dos professores um conjunto de competências que vão além da mera transmissão de saberes. Ela argumenta que a docência requer a construção de relações de confiança e respeito mútuo, em que os professores são estimulados a refletir sobre sua própria prática pedagógica e a integrar as demandas da realidade social e cultural dos alunos. Assim, o papel do professor é tornar-se um agente que não apenas transmite, mas, também, problematiza e contextualiza o conhecimento, alinhando-o às necessidades de formação crítica dos educandos.

A eficácia dessa facilitação, no entanto, está profundamente atrelada à qualidade da relação entre professor e aluno. Essa relação deve ser, conforme Freire (2013) e Gatti (2010), dialógica e interativa, permitindo que ambos compartilhem o processo de aprendizagem. Quando estabelecida de forma sólida e respeitosa, essa troca proporciona aos alunos a oportunidade de se envolverem de maneira ativa na construção do conhecimento, transformando a sala de aula em um espaço de constante reflexão e ação. O professor, portanto, não é apenas um transmissor de informações, mas

um facilitador do processo de transformação social e de construção coletiva de saberes, desafiando os alunos a questionarem e ressignificarem sua realidade.

No contexto educacional de Santa Catarina, assim como em outras regiões do Brasil, o professor enfrenta limitações quanto à autonomia para administrar sua prática pedagógica. A carga horária, o número de alunos por sala, os recursos disponíveis e o apoio pedagógico são fatores que interferem diretamente no exercício da docência. Em razão disso, a liberdade pedagógica, que habilita o professor a tomar decisões sobre a condução de seu trabalho, encontra-se restrita. Isso ocorre porque o docente deve respeitar tanto as diretrizes curriculares quanto o contexto educacional da escola em que atua.

Nesse cenário, Freire (1996) alerta para a necessidade de reconhecer que a autonomia docente não é um ponto de partida, mas uma conquista permanente, construída na luta cotidiana contra as determinações que limitam a prática pedagógica crítica e transformadora. Para o autor, ensinar é um ato profundamente político e ético, que exige do educador não apenas competência técnica, mas, também, coragem para resistir às práticas opressoras e criar espaços de liberdade no interior das condições objetivas impostas. A autonomia do professor, portanto, não se traduz na mera execução de tarefas prescritas, mas na capacidade de refletir criticamente sobre sua prática, ressignificar os conteúdos e metodologias e afirmar seu compromisso com a formação integral dos educandos. Frente às restrições estruturais, a prática pedagógica crítica constitui-se como espaço de resistência e de reinvenção permanente da esperança e da emancipação.

Corroborando essa perspectiva, Mormul (2018) enfatiza que a constituição da identidade docente está intrinsecamente relacionada ao enfrentamento das tensões e contradições presentes no cotidiano escolar. Em seu texto “Eu, professor?! Entre vivências e diálogos”, a autora reflete que o ser professor é um processo dinâmico, construído na e pela prática, mediado pelas relações sociais, pela reflexão crítica e pela capacidade de diálogo com a realidade educativa. Para Mormul, os desafios impostos pelas condições materiais adversas e pelas exigências institucionais não anulam a possibilidade de o professor atuar de forma crítica e transformadora; ao contrário, exigem dele a permanente construção de sentidos para a sua prática, ancorada no compromisso ético-político com a formação de sujeitos emancipados e historicamente situados.

Freire (2010) nos lembra que o professor deve ser, acima de tudo, um intelectual, capaz de questionar e refletir criticamente sobre sua prática pedagógica. Para isso, ele precisa não apenas dominar o conteúdo que ministra, mas, também, estar aberto e disposto a adaptar-se aos conhecimentos e realidades dos alunos. O ato de educar, nesse sentido, não se restringe ao conteúdo transmitido, mas está profundamente atrelado às ações e atitudes do professor, que continuamente induz comportamentos, atitudes e decisões dos alunos, com vistas à sua emancipação e formação crítica.

O cotidiano escolar, em muitas ocasiões, segue um ritual estruturado por horários rígidos para entrada e saída, pela necessidade de registros sistemáticos em sistemas eletrônicos de informação e pelo cumprimento de cronogramas previamente estabelecidos. Esses elementos organizacionais, embora contribuam para criar uma sensação de ordem e previsibilidade no ambiente escolar, também refletem a lógica de racionalização e controle típica das instituições modernas. A definição de espaços e tempos para atividades como intervalos, alimentação e descanso é algo que estrutura a rotina e favorece o funcionamento das atividades educacionais, mas, simultaneamente, pode limitar a autonomia e a criatividade dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Conforme aponta Frigotto (2001), a escola, inserida em uma sociedade capitalista, tende a reproduzir práticas organizativas que, em muitos casos, têm como principal objetivo a adequação dos indivíduos às exigências da ordem social vigente, operando mais como instância de socialização funcional do que como espaço de formação crítica e emancipatória. Essa lógica de organização do tempo e do espaço escolar, ao privilegiar a eficiência, o controle e a disciplinarização dos corpos, pode reduzir o potencial da escola enquanto lugar de diálogo, construção coletiva do saber e transformação social.

Nesse mesmo sentido, Gadotti (2000) enfatiza que a educação escolar não pode ser reduzida a uma mera técnica de organização de rotinas e procedimentos administrativos. Para o autor, a escola deve ser compreendida como um espaço histórico de produção de cultura e de formação de sujeitos históricos e sociais. A rigidez das práticas organizativas precisa ser superada por meio de projetos pedagógicos democráticos, que valorizem a participação, a reflexão crítica e a autonomia dos educandos e educadores. A estruturação do cotidiano escolar, portanto, deve ser vista não apenas

como uma necessidade funcional, mas, igualmente, como uma oportunidade para a criação de ambientes educativos que promovam o protagonismo dos sujeitos e a formação para a cidadania crítica.

Assim, a análise crítica da organização do cotidiano escolar, iluminada pelas reflexões de Frigotto (2001) e Gadotti (2000), permite compreender que os rituais de ordem e previsibilidade, embora necessários até certo ponto, devem ser tensionados e ressignificados em prol de uma prática educativa que vise à formação integral, emancipatória e transformadora dos estudantes.

Ao analisarmos os tensionamentos que atravessam a prática docente na contemporaneidade, destaca-se um fator recorrente e alarmante: a precariedade da formação inicial e continuada dos professores. Essa condição está intimamente associada à profunda desvalorização social e material da carreira docente, o que tem gerado um sentimento generalizado de desencantamento. A preocupação com a qualidade da formação docente torna-se ainda mais premente quando se observa que muitos cursos ofertados, especialmente os de licenciatura – notadamente os ofertados na modalidade a distância (EaD), revelam-se insuficientes para atender às reais necessidades formativas dos futuros professores.

Com a ampliação acelerada das licenciaturas EaD, o cenário torna-se ainda mais crítico. Em diversos contextos, particularmente nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, observa-se um esvaziamento significativo de estudantes nos cursos presenciais de licenciatura, revelando um processo de desmobilização que ameaça a própria continuidade da formação docente nos moldes tradicionais. Ao mesmo tempo, parte das licenciaturas na modalidade a distância apresenta fragilidades em sua estrutura pedagógica, caracterizadas pela baixa interação formativa e pela precarização das condições de ensino, o que compromete a construção de competências críticas, reflexivas e didáticas. Nesse contexto, a expansão das licenciaturas em Educação a Distância (EaD), associada ao possível esvaziamento dos cursos presenciais, tem suscitado importantes debates no campo da formação docente.

Diante disso, algumas produções teóricas contribuem significativamente para a compreensão desse fenômeno. A obra de Maria Emília Sardelich (2014) analisa a expansão da EaD no Brasil no âmbito das políticas de formação de professores, evidenciando que, embora essa modalidade amplie

o acesso, também pode responder a demandas quantitativas do sistema educacional, em detrimento da qualidade formativa. De modo semelhante, Adriana Maria Nacarato e Fortes (2020) investigam a implantação da EaD no curso de Pedagogia, destacando que sua consolidação está diretamente vinculada a dispositivos legais que favorecem sua expansão, ao mesmo tempo em que evidenciam tensões entre democratização do acesso e qualidade da formação inicial.

Reforçando essa análise, Almeron e Portelinha (2021) discutem a expansão da EaD articulada ao processo de mercadorização da educação, argumentando que a formação docente passa a ser tratada como produto, orientada por uma lógica de mercado que pode comprometer seu caráter crítico e emancipador. Nessa mesma direção, autores como Luiz Carlos de Freitas (2018), Dermeval Saviani (2009) e Gaudêncio Frigotto (2001), entre outros, apontam que tais transformações estão inseridas em um movimento mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais, marcado pela padronização, pelo esvaziamento da formação e pela fragilização do trabalho docente.

Nesse cenário, a docência, em muitos casos, deixa de ser percebida como uma escolha profissional atrativa. Exige-se dedicação intensa, enquanto se enfrenta remuneração insuficiente e condições de trabalho cada vez mais precarizadas, o que contribui para o declínio de sua valorização social e para o desestímulo à busca por uma formação docente sólida. Além disso, a presença massiva das tecnologias digitais e da inteligência artificial – a exemplo de ferramentas como o ChatGPT, tem reconfigurado a relação com o conhecimento e os modos de aprender. A facilidade de acesso a informações prontas tem, por vezes, substituído os processos mais elaborados de pesquisa e reflexão crítica, contribuindo para um desinteresse crescente pelos estudos, especialmente no que se refere à formação docente.

Nesse contexto, ser professor e, mais especificamente, professor de Geografia, parece representar um desafio ainda maior, uma vez que os saberes dessa área são frequentemente considerados substituíveis por sistemas automatizados. A esse panorama soma-se uma reorientação dos projetos de vida dos jovens, que aspiram, cada vez mais, a tornarem-se influenciadores digitais, empreendedores ou investidores de sucesso, muitos dos quais se apresentam como exemplos de êxito financeiro sem formação acadêmica formal. A lógica da formação universitária é invertida, dando

lugar à proliferação de cursos rápidos que prometem ensinar “como enriquecer na internet”, deslocando o papel tradicional da escola e do professor na mediação do conhecimento.

Diante desse quadro, impõe-se uma reflexão profunda sobre o futuro da docência. A profissão docente, sobretudo no campo da Geografia, encontra-se diante de uma crise de sentido que precisa ser enfrentada de forma crítica e propositiva. É necessário resgatar o valor social da educação e do magistério, reafirmando o papel insubstituível do professor na formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a transformação da realidade. A pergunta que se impõe, portanto, é: O que faremos, enquanto educadores e pesquisadores, diante da ameaça concreta de esvaziamento e deslegitimação da profissão docente?

Entendemos que não há uma única resposta definitiva para os desafios enfrentados pela docência na atualidade, mas que há um conjunto de possibilidades a serem consideradas. A primeira e mais evidente delas relaciona-se à efetiva valorização da carreira docente, com políticas que assegurem salários dignos, condições adequadas de trabalho e a ampliação das oportunidades no mercado educacional. Em um cenário em que tais prerrogativas sejam atendidas, possivelmente sequer estaríamos redigindo uma reflexão crítica como esta, contudo, a realidade é substancialmente distinta.

Ao contrário de uma valorização estrutural da educação pública e de seus profissionais, observa-se uma tendência crescente à mercantilização do ensino, marcada pela expansão de instituições privadas que cobram altas mensalidades e promovem uma formação voltada às elites econômicas. Nesses espaços, cultiva-se o domínio de idiomas, o uso intensivo de tecnologias e a mentalidade empreendedora como requisitos para a formação de futuros empresários de sucesso, cada vez mais distantes das experiências educacionais populares.

Esse quadro encontra respaldo na análise de Libâneo (2012), que denuncia a existência de um dualismo perverso no sistema educacional brasileiro, estruturado sobre duas finalidades distintas: de um lado, uma escola voltada ao desenvolvimento de competências cognitivas, científicas e tecnológicas para os filhos das classes mais favorecidas – a chamada “escola do conhecimento”; de outro, uma escola voltada às camadas populares, com função meramente assistencialista e compensatória – a “escola do acolhimento social”. Tal configuração evidencia a manutenção das

desigualdades sociais por meio de um modelo educacional que fragmenta e hierarquiza o acesso ao saber.

Nesse contexto excludente, naturaliza-se a existência de uma “escola para os pobres”, concebida como um espaço de contenção social e não de emancipação. Essas instituições, frequentemente precarizadas, tendem a contar com professores mal-remunerados, submetidos a formações deficitárias – muitas vezes realizadas em licenciaturas a distância, com baixa qualidade pedagógica –, e sem as condições materiais e simbólicas necessárias para o exercício pleno da docência. O resultado é um sistema que, longe de promover a equidade, contribui para a reprodução de desigualdades históricas, formando sujeitos com limitada capacidade crítica e cognitiva, verdadeiros reféns da lógica de mercado.

Este é o cenário que se desenha de forma cada vez mais evidente: uma dualidade educacional onde o acesso ao conhecimento de qualidade torna-se um privilégio, enquanto a maioria é conduzida a uma escolarização empobrecida e instrumentalizada, funcional apenas às engrenagens da economia neoliberal. Tal realidade exige denúncia e, além disso, uma ação política e pedagógica comprometida com a transformação radical desse modelo de sociedade, como proposto pela pedagogia crítico-social dos conteúdos e por outras abordagens alinhadas à justiça social.

Nesse ínterim, propomos uma metáfora que aproxima o trabalho docente ao curso de um rio. Para que um rio permaneça vivo, não basta apenas receber as águas das chuvas ou o reforço de seus afluentes: é necessário que seu curso seja respeitado, que seu leito não seja desviado ou agredido, e que ele seja reconhecido como parte essencial da natureza. O rio é fonte de vida para inúmeras espécies animais e para os próprios seres humanos. Ele é necessário. Assim também compreendemos o papel do professor: tal qual o rio, o docente é elemento vital no ecossistema social e educativo. Seu percurso precisa ser sustentado por políticas que o fortaleçam, por formação contínua de qualidade, por condições dignas de trabalho e, sobretudo, pelo reconhecimento de sua importância na construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Lançamos, assim, um convite à reflexão: Se o rio é indispensável à vida, o professor também o é? Acreditamos que sim. Por isso, sigamos juntos nesta travessia, reafirmando o valor da docência e a urgência de defendê-la.

O professor é como um rio?

A singularidade do processo educativo pode ser comparada ao fluxo contínuo de um rio perene, cujas águas percorrem diferentes paisagens, levando nutrientes e vida a todos os lugares por onde passa. O professor, de forma análoga, transmite conhecimento ao longo do espaço e do tempo, nutrindo o aprendizado de seus alunos e adaptando-se às suas necessidades e ao contexto em que se encontra. Assim como o rio segue em direção à sua foz, o professor flui em direção ao aprendizado, guiando e nutrindo o desenvolvimento dos alunos.

Neste contexto, esclarecemos que cada aula é única, pois se realiza em um momento e espaço específicos, com pessoas que trazem consigo experiências e vivências distintas, as quais influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. A aula é genuína não somente por ser irrepetível, mas, principalmente, por estar intrinsecamente vinculada à formação e ao planejamento do professor, ao conteúdo a ser abordado, ao nível da turma, às características dos alunos, à disponibilidade de materiais e tecnologias e à infraestrutura da escola, entre outros fatores.

Freire (2010) e Cavalcanti (2020) afirmam que os alunos trazem consigo saberes provenientes de suas experiências de vida, os quais são fundamentais para o processo de aprendizagem. Nesse sentido, assim como o rio recebe água de diversas fontes, o professor deve estar disposto a aprender com seus alunos e a reconhecer a importância dos saberes populares e das experiências cotidianas dos educandos, conectando-os ao conhecimento científico.

O rio, ao encontrar obstáculos, adapta-se, redirecionando seu fluxo. Da mesma forma, o professor ajusta suas práticas pedagógicas frente aos desafios impostos pelo contexto, pelas características dos alunos e pelas condições sociais, ambientais e econômicas. Nesse cenário, as influências psicossociais desempenham um papel significativo, especialmente na escola, que se configura como um espaço de intensas trocas e transformações. Os professores, diante dessas condições adversas, continuam a educar, inovar e se dedicar à missão de ensinar, demonstrando resiliência frente às dificuldades.

Assim como o rio não impõe, mas oferece, o professor distribui conhecimento de maneira democrática, sem distinção, permitindo que o aprendizado flua de acordo com as necessidades e

ritmos dos alunos. O professor, tal como o rio, nutre o intelecto dos estudantes, proporcionando os recursos necessários para o seu desenvolvimento. Esse processo, conforme afirma Freire (2013), está relacionado à “educação libertadora”, que visa promover a criticidade no aluno, incentivando-o a questionar o mundo ao seu redor e a desenvolver a autonomia intelectual.

O rio, fundamental para a vida das comunidades que habitam suas margens, tem analogia com o professor, que exerce um papel transformador na sociedade e no indivíduo. O conhecimento proporcionado pelo docente, além de transformar as mentes, prepara o terreno para mudanças sociais. Como o rio molda a paisagem por onde passa, o professor, ao distribuir seu conhecimento, contribui para a formação de cidadãos críticos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade.

Tanto o rio quanto o professor, apesar de serem fontes de vitalidade, muitas vezes são desvalorizados e negligenciados. Em muitos contextos, as políticas educacionais têm contribuído para a limitação da autonomia docente, ao restringir a participação dos professores em processos decisórios relevantes, como a elaboração de documentos curriculares e a formulação de políticas educacionais. Essa limitação acaba abreviando o papel e a função do professor, ignorando a riqueza de sua contribuição para a formação integral dos sujeitos.

Libâneo (2011), em sua obra *Adeus professor, Adeus professora?*, assevera que a profissão docente, no contexto das rápidas e profundas transformações sociais e da intensificação dos processos de globalização, enfrenta novos e complexos desafios, entre os quais se destacam a precarização das condições laborais, a desvalorização salarial e o déficit de reconhecimento social. Tais adversidades incidem de maneira direta sobre a motivação e o desempenho dos profissionais da educação. O autor argumenta que, embora a profissão esteja em processo de reconfiguração, o papel do professor permanece central e insubstituível na mediação dos desafios contemporâneos, sendo imperativo que se aproprie de novos saberes e competências que lhe permitam atuar de forma crítica, criativa e transformadora diante das demandas emergentes da sociedade atual.

Em consonância com essa perspectiva, António Nóvoa (1992) enfatiza que a construção da identidade e da profissionalidade docente deve ser entendida como um processo contínuo e coletivo, fundado no reconhecimento da experiência, na reflexão crítica sobre a prática e na valorização da profissão como campo de produção de saberes próprios. Em seu texto “Para uma formação de

professores construída dentro da profissão”, Nóvoa (1992) propõe uma ruptura com modelos tradicionais e prescritivos de formação, defendendo que os professores devem ser protagonistas da sua formação, articulando saberes teóricos e práticos em processos de autoformação e de construção coletiva da profissão. Para o autor, a profissionalização docente exige autonomia intelectual, responsabilidade social e compromisso ético, constituindo o professor como um agente reflexivo e transformador da realidade educativa e social.

Dessa maneira, o professor, à semelhança de um rio, constitui uma força vital que, com sabedoria, resiliência e paciência, alimenta e sustenta o processo de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos educandos ao longo de sua trajetória formativa. Seu compromisso, portanto, é de natureza eminentemente social, emancipatória e histórica, reafirmando sua condição de agente imprescindível na construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas.

O rio, enquanto fonte de vida, simboliza a continuidade, a nutrição e o sustento das múltiplas formas de existência ao longo de seu curso. De maneira análoga, compreendemos o papel do professor como uma fonte de possibilidades, um agente essencial para a promoção do conhecimento. Nesta direção, a ação docente vai além da mera transmissão de conteúdos; ela implica na criação constante de novas oportunidades para a aprendizagem, a reflexão e a construção de saberes críticos. É preciso destacar, no entanto, que essa missão não deve ser reduzida a um ideal de vocação ou a uma dedicação altruísta desprovida de reconhecimento; ao contrário, o valor da profissão docente é inestimável e, como tal, deve ser amplamente reconhecido e valorizado.

Infelizmente, o cenário atual revela um descompasso alarmante entre a importância social do trabalho docente e as condições que são oferecidas aos profissionais da educação. A desvalorização da profissão, frequentemente disfarçada sob o discurso de que ser professor é uma “vocação”, contribui para uma situação de precarização e desrespeito. Tal perspectiva, que sugere que qualquer indivíduo pode ser docente, mesmo aqueles que optam por essa carreira por falta de alternativas melhores, muitas vezes em cursos de licenciatura com baixa exigência e concorrência, distorce a realidade e perpetua a falácia de que a educação pode ser conduzida sem a devida preparação e dedicação.

Neste contexto, se continuarmos a negligenciar a formação e o reconhecimento da profissão docente, estaremos, gradualmente, tornando-a semelhante a um rio poluído, esgotado e sem vida, tal como ocorre com muitos dos rios de nosso país, cujas águas são contaminadas e, muitas vezes, irreversivelmente danificadas. O risco de “matar” a profissão é real, e a única maneira de evitá-la é confrontando a hipocrisia que tenta desqualificar a educação e a docência.

Como bem aponta Saviani (2020), o desmonte da educação no Brasil, que se intensificou com a crise estrutural e o agravamento da conjuntura nacional, reflete uma agenda neoliberal que precariza o trabalho docente e enfraquece a educação pública. A crise educacional, exacerbada pela pandemia do Coronavírus, revela como as reformas educacionais têm sido usadas para ampliar as desigualdades, transformando a educação em um instrumento subordinado aos interesses do mercado, em detrimento de uma formação plena e emancipadora.

É imprescindível, portanto, que a valorização do trabalho docente seja uma prioridade para as políticas educacionais, e que se coloque um fim à desvalorização sistemática da profissão. O mercado capitalista não pode continuar a determinar as condições de um ofício que é, por sua natureza, um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e social. A educação de qualidade não pode ser um privilégio de poucos, nem a profissão docente um terreno de exploração e desrespeito. Já basta de negligência: é hora de garantir que os professores recebam, de fato, o valor que merecem, de forma concreta e urgente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho, reafirma-se que o professor, assim como o rio, precisa ser nutrido continuamente, respeitado em sua trajetória e amparado frente aos desgastes que comprometem sua saúde física e emocional. A analogia entre o curso das águas e a prática docente nos convida a compreender a educação como um processo vivo e transformador, essencial à formação de sujeitos conscientes de seu papel na construção de uma sociedade crítica e de uma relação equilibrada com a natureza.

O cenário atual, entretanto, revela contradições preocupantes. Embora se reconheça a importância do professor na formação humana e social, cresce o movimento de desvalorização da profissão. A precariedade nas condições de trabalho, o abandono da formação continuada e a falta de reconhecimento corroem a dignidade da docência, afetando não apenas o futuro da carreira, mas, também, o direito à educação de qualidade. Essas adversidades são agravadas por políticas neoliberais e por crises estruturais que esvaziam as escolas, comprometendo desde a infraestrutura até os recursos humanos, pedagógicos e simbólicos.

Diante disso, torna-se urgente romper com a indiferença. A valorização do professor não deve ser considerada um favor, mas um compromisso ético, social e político. A atuação deste profissional, silenciosa e persistente, é capaz de alimentar mentes, superar obstáculos e fertilizar o terreno da cidadania. Assim como os rios moldam paisagens, os docentes moldam consciências.

Pensar nessa analogia entre o professor e o rio também revela uma dura realidade em que ambos são vitais, mas frequentemente negligenciados. A invisibilização do trabalho docente, aliada à sobrecarga e ao desrespeito, aniquila sua potência transformadora. Nesse sentido, da mesma forma que os rios precisam ser preservados para seguir fluindo, a docência exige cuidado, reconhecimento e condições dignas para continuar cumprindo seu papel fundamental. A valorização do professor pode ser entendida como a preservação básica de uma sociedade justa, crítica e democrática. Sem rio, não há vida; sem educação, não há uma sociedade justa, e pior, não há perspectiva de futuro.

REFERÊNCIAS

ALMERON, Andrews Alves; PORTELINHA, Ângela Maria Silveira. **Educação a distância e a formação docente: expansão e mercadorização.** Jornal de Políticas Educacionais, 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2020.

FORTES, Fernanda Aparecida M.; NACARATO, Adair Mendes **A implantação da EaD: um estudo sobre os dispositivos legais e a expansão do curso de Pedagogia.** Devir Educação, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GATTI, Bernardete. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1.355-1.379, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>. Acesso em: 20 dez. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? – Novas exigências educacionais e profissão docente**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012.

MORMUL, Mehanna Najla. Eu, professor?! Entre vivências e diálogos. **Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon: Unioeste, vol. 28, n. 54, p. 552-573, 2018.

NÓVOA, António (coord.). Os professores e a sua formação. In: NÓVOA, António. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

SARDELICH, Maria Emília. **A expansão da EaD no Brasil e a política para formação de professores**. Revista EDaPECI, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência**. Roteiro, n. 45, p. 1-18, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2009.

VAZ, Noeli Antonia Pimentel; OLIVEIRA, Gislene Lisboa; FANSTONE, Pollyana dos Reis Pereira. **Formação docente em EaD: experiência de ensino, pesquisa e extensão na licenciatura em computação**. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, 2017.